

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CRISTAL SANTIAGO PINHEIRO

**O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA
COIBIÇÃO DE FRAUDES E ERROS**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

CRISTAL SANTIAGO PINHEIRO

**O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA
COIBIÇÃO DE FRAUDES E ERROS**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências
Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio –
UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof. Tays Cardoso Dias

CRISTAL SANTIAGO PINHEIRO

**O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA
COIBIÇÃO DE FRAUDES E ERROS**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

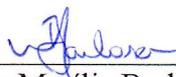
Orientador(a): Prof. Tays Cardoso Dias

Data da Aprovação: 09/12/2019

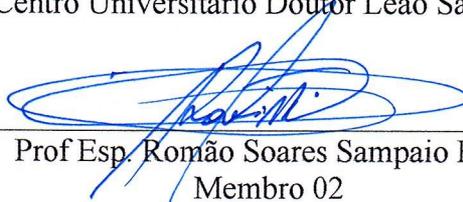
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª Esp. Tays Cardoso Dias
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio



Prof^ª Ms. Ana Marília Barbosa Oliveira
Membro 1
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio



Prof Esp. Romão Soares Sampaio Filho
Membro 02
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA COIBIÇÃO DE FRAUDES E ERROS

Cristal Santiago Pinheiro¹
Tays Cardoso Dias²

RESUMO

O controle é uma ferramenta utilizada e elaborada pelos administradores para auxiliar no alcance dos seus objetivos e na correção de distorções que prejudiquem a organização. Um dos maiores riscos encontrados no âmbito empresarial é a ocorrência de erros, fraudes e irregularidades que possam vir a desestruturar e até mesmo encerrar as atividades de uma empresa e ainda que o controle seja uma ferramenta eficaz na coibição desses desvios não anula totalmente a possibilidade de ocorrência. O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar a importância e eficácia de um bom controle interno nas organizações privadas, apresentado a facilidade de ocorrência de fraudes em um ambiente desorganizado, esclarecendo as dificuldades para crescer no mercado sem a devida estrutura interna e explicando o que é o controle interno e como pode ser implantado. Este instrumento visa uma reorganização interna da empresa para que esta impulse suas atividades e conclua com excelência os seus objetivos. Ainda que haja limitações inerentes ou não ao controle, este deverá ser capaz de encontrá-las e corrigi-las. O artigo foi desenvolvido pelo método de pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos e sites, também utilizando a coleta de dados baseada em fatos já existentes elaborados por outros autores.

Palavras Chave: Controle interno. Fraude. Eficiência empresarial. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Control is a tool used and designed by managers to help achieve their goals and correct misstatements that harm the organization. One of the biggest risks found in the business environment is the occurrence of errors, frauds and irregularities that may disrupt and even terminate the activities of a company and even though control is an effective tool in curbing these deviations does not totally nullify the possibility of occurrence. This paper aims to demonstrate the importance and effectiveness of good internal control in private organizations, presenting the ease of fraud in a disorganized environment, clarifying the difficulties to grow in the market without proper internal structure and explaining what is internal control and how it can be deployed. This instrument aims at an internal reorganization of the company so that it boosts its activities and completes its objectives with excellence. Although there are limitations inherent or not to control, it should be able to find and correct them. The article was developed by the bibliographic research method, through books, articles and websites, also using data collection based on existing facts prepared by other authors.

Keywords: Internal Control. Fraud. Business Efficiency. Development

¹ Concludente do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão. E-mail: cristal.pinheiro@hotmail.com

² Orientadora. Prof^ª. Esp. em Contabilidade Triutária pela Faculdade de Juazeiro do Norte. Docente do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão. E-mail: taysdias@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Diversas empresas entram e se mantêm na corrida competitiva para a ascensão empresarial, mas esquecem de solidificar as bases internas dos seus empreendimentos, provocando, de forma inconsciente, um alcance de mercado inferior ao que poderiam atingir.

Em um ambiente empresarial, a ocorrência de fraudes e erros é comum, mas em muitos casos, o seu impedimento acontece de forma tardia ou insuficiente. Para acelerar esse processo de correção, utiliza-se a ferramenta de controle interno que ajuda a evitar ou conter essas distorções e prepara a empresa para mudanças e crescimento organizacional. O intuito do presente trabalho é demonstrar a importância e eficácia de um bom controle interno nas organizações, principalmente no que tange a contenção de fraudes, tornando visível a facilidade de sua presença em um ambiente desorganizado.

O controle interno é um sistema inerente a todos os ramos empresariais, pois é a principal ferramenta que auxilia na permanência de sua atividade no mercado. O controle é responsável pela estabilidade e constância de todos os procedimentos padrões da organização, delimitando normas, regras e costumes, sendo capaz de perceber todas as necessidades e fraquezas particulares de cada empresa (OLIVEIRA, PEREZ JR. E SILVA, 2015).

O controle é de competência da administração e deve ser capaz de mensurar os benefícios almejados pela organização, para que o plano de controle não seja superior ou inferior ao esperado, devendo haver concordância entre custos e benefícios (CHIAVENATO, 2016).

Ainda que seja uma ferramenta extremamente eficaz para a coibição de erros, fraudes e irregularidades, o controle interno é passível de limitações que obstaculizam sua implantação ou o seu êxito. Neste ponto de dificuldade, as pessoas da organização devem ser cautelosamente analisadas. Os erros são descuidos que podem gerar danos a terceiros, mas não são ocasionados com esta finalidade, por isso, são mais fáceis de serem encontrados e corrigidos. Já a fraude, é a falsificação de registros com a real intenção de prejudicar terceiros, logo, são mais difíceis de serem encontradas (PEREIRA, 2016).

Para que o controle seja eficiente, deverão ser utilizadas informações tempestivas e confiáveis, buscando otimizar os registros contábeis, operacionais e financeiros.

Para elaboração deste artigo, foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica, explorando livros, artigos, e sites para a reunião de conteúdo adequado e já produzido por outros autores. Também foi elaborado através do método qualitativo, no qual não são utilizados dados

numéricos e estatísticos, mas, sim, analisa uma situação com base em fatos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE INTERNO

Em um mundo globalizado, empresas buscam ascensão empresarial e permanência no mercado competitivo. Inibir ou conter a ocorrência de erros, fraudes e inconsistências na organização tornou-se o ponto fundamental para ter estabilidade empresarial. Pensando nisso, são utilizadas ferramentas de controle interno que organizam a empresa de dentro para fora.

Pereira (2016, p. 60) diz que: “O controle interno compreende o plano organizacional, e também todos os métodos e procedimentos adotados pela administração para auxiliar no objetivo administrativo de assegurar a condução eficiente e segura de seus negócios.”

Todos os procedimentos padrões, as normas e as políticas da empresa devem ser aplicadas como forma de controle interno para conduzir a empresa ao sucesso.

Com base no que é trazido por Oliveira, Perez Jr. e Silva (2015, p.70), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), determina que “sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade de seus registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional”.

Convergindo ao conceito trazido pelo CFC, a American Institute of Certified Public Accountants apud Oliveira, Perez Jr e Silva (2015, p.70) define que:

O controle interno é composto pelos planos de organização e pela coordenação dos métodos e medidas implantados pela empresa para proteger seu patrimônio, seus recursos líquidos e operacionais, por meio de atividades de fiscalização e verificação da fidedignidade dos administradores e da exatidão dos processos de manipulação de dados contábeis, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e a adesão às políticas e estratégias traçadas pela alta gestão.

No ponto de vista da auditoria, explanado por Almeida (2019), o controle interno é a junção de normas, políticas e procedimentos de uma organização determinados para dar suporte a três ramificações da entidade que são: a proteção de ativos, a produção confiável de informações contábeis e a condução para uma administração eficiente e eficaz, tendo em vista que o estabelecimento do controle é de competência desta última ramificação.

A auditoria traz o controle como um instrumento desenvolvido e aplicado pela administração, com a finalidade de proteger os ativos e as informações contábeis da entidade.

Em uma quarta definição, Oliveira, Perez Jr. e Silva (2015) citam o controle interno na perspectiva da controladoria, fazendo uma ligação com os sistemas contábeis. Para eles, controle interno e sistemas contábeis são determinados com base nas necessidades e na cultura da organização, adotando métodos e procedimentos para proteger o patrimônio, alcançar a clareza e fidedignidade das demonstrações contábeis, e prevenir e detectar a ocorrência de erros ou irregularidades.

Ainda que pareça simples e singular, o controle interno tem a atribuição de três significados distintos, conforme as definições de Chiavenato (2016):

- Controle interno como função coercitiva e restritiva: utilizado para inibir o comportamento irregular e indesejável do pessoal da organização, limitando a liberdade e o individualismo das pessoas;
- Controle como um sistema automático de regulação: São utilizados para controlar automaticamente os desvios no fluxo de funcionamento de um sistema. Também é chamado de controle cibernético;
- Controle como função administrativa: Controla o que tange ao planejamento, organização e direção dos processos administrativos.

Mesmo particulares, as definições de cada autor convergem aos mesmos princípios trazendo o controle interno como ferramenta de proteção do patrimônio da entidade, sendo de competência da administração. O controle deve ser um instrumento tempestivo, confiável e capaz de influir nas decisões a serem tomadas pelos administradores. Além disso, deve inibir ou extinguir qualquer tipo de irregularidade de procedimentos e atividades fraudulentas que possam vir a prejudicar o bem-estar da organização.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO CONTROLE

Para Chiavenato (2016), um controle eficaz deve ser focado em um ponto estratégico que busque alcançar resultados rápidos e capazes de detectar ou corrigir falhas com tempestividade. Mas para que o controle obtenha resultados satisfatórios, faz-se necessária a utilização de linguagem acessível que proporcione diálogos confiáveis e participativos com o pessoal da empresa. O controle interno também deve ser elaborado com aptidão de adaptar-se a mudanças e novas situações.

Em outra perspectiva, os autores Reske Filho, Jacques e Marian (2005) trazem que o controle interno deve ser elaborado com informações corretas, íntegras e atualizadas, com a

finalidade de proteger os ativos da entidade e detectar ou corrigir a ocorrência de erros e fraudes que possam vir a prejudicar suas atividades.

O controle interno é um instrumento de descoberta, contenção e eliminação de falhas em uma organização, devendo ser capaz de estimular o comportamento honesto e íntegro do pessoal. As informações utilizadas pelo controle devem ser tempestivas e confiáveis, capazes de auxiliar na tomada de decisão dos administradores.

2.3 IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

De acordo com Oliveira, Perez Jr. e Silva (2015), deve-se analisar o controle interno como uma ferramenta singular e especial para cada organização, levando em consideração a complexidade exigida por cada ambiente e o seu respectivo prazo de implantação. Todos os colaboradores precisam estar abertos a mudanças e a aceitar o processo de aplicação, mas para isto, o controle não deve ser elaborado com uma complexidade superior às necessidades da organização. Também deverá ser considerada a aptidão e a competência do administrador em exercer o seu cargo e a capacidade do controle interno em se adaptar a novos avanços sem que haja a necessidade de implantar um novo controle

Na visão de Almeida (2019), tendo uma perspectiva no âmbito da auditoria, são estabelecidos alguns princípios para a implantação e correção do controle interno, sendo eles:

- Responsabilidade: As responsabilidades de cada função devem ser bem definidas e delimitadas, de preferência estabelecidas por escrito. Cada uma deve apresentar particularidades que não possam ser executadas em outros cargos. Os poderes de um mesmo funcionário não devem ser expandidos em diversas funções, principalmente, quando forem complementares;
- Rotinas Internas: Todos os procedimentos internos devem ser padronizados, bem definidos e passíveis de armazenamento;
- Acesso aos Ativos: Deve haver um limite na possibilidade de acesso de ativos por funcionários no que tange ao manuseio de numerários e cheques, ao armazenamento de bens e direitos em cofres, e outros procedimentos que tratem diretamente com as aplicações da entidade;
- Segregação de Funções: As funções devem ser divididas entre os que lidam com ativos e os que os registram, ou seja, a pessoa que recebe o dinheiro não deverá ser a mesma a dar baixa no sistema;

- Confronto dos Ativos com os Registros: Periodicamente, ativos devem ser conferidos e comparados com seu registro na contabilidade, evitando ou descobrindo a ocorrência de desfalques ou o registro inadequado de ativos;
- Amarrações do Sistema: Apenas transações autorizadas que obedecem ao período correto e apresentem o valor real devem ser registradas no sistema;
- Auditoria Interna: Os sistemas implantados devem ser, periodicamente, verificados por um auditor interno, sendo capaz de identificar falhas no cumprimento do sistema ou de corrigir o que não esteja sendo eficaz;
- Custo de Controle x Benefícios: Não devem ser gastos valores superiores às necessidades da empresa, ou seja, os gastos devem ser equivalentes aos benefícios esperado, não sendo conveniente implantar sistemas complexos e caros quando esta não for a necessidade da organização;
- Limitações do Controle Interno: Ocorre quando existem falhas no pessoal, ocasionadas por conluio entre funcionários, falta de preparo ou desleixo, negligência para executar uma função.

Para a auditoria, o controle interno deve ser amarrado em procedimentos e normas bem delimitados, capazes de enquadrar cada função à sua respectiva designação. Todos os procedimentos precisam ser interdependentes, mas unidos em um complexo para alcançar o objetivo comum.

2.4 LIMITAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Com base em tudo que foi dito até aqui, tem-se a impressão de que o controle interno é capaz de erradicar qualquer tipo de distorção relevante à empresa, ou seja, que é impossível ocorrer fraudes ou outras irregularidades.

O controle interno é um sistema fundamental para o desenvolvimento das organizações, mas, de acordo com Pereira (2016), existem limitações que o tornam sujeito a falhas. Adotar um controle com um alto custo de manutenção e implantação que não seja superior aos benefícios; a não estimativa de falhas eventuais; a falta de comprometimento dos colaboradores unido a omissões, distrações e más interpretações; o acúmulo de funções por um mesmo funcionário; a obsolescência dos procedimentos utilizados e a falta de comprometimento da administração são fatores que podem quebrar o bom funcionamento do controle.

Com base no que foi tratado pelo autor, para que a empresa quebre as limitações de implantação de um controle eficaz, deverá, inicialmente, preocupar-se com os gastos de manutenção que serão exigidos pelo controle para alcançar todos os benefícios desejados. O sistema precisa ser apto a descobrir as mais cobertas e eventuais falhas, não podendo ter brechas para más interpretações e conluios que venham a fragilizar o controle.

3 FRAUDES E ERROS

O controle interno tem como um dos seus principais pontos de coibição a manifestação de fraudes e erros em uma organização. Para conter estas fraquezas é necessário entender como e por que acontecem.

A NBC T 11 (2009), em seu item 11.1.4.1, traz as definições de fraude e erro como sendo:

Fraude, o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis; Erro, o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

Portanto, fraude é uma ação executada com o propósito e a consciência de prejudicar terceiros, manipulando ou omitindo documentos e registros contábeis. O erro é um ato involuntário que pode acarretar danos a terceiros pela má elaboração de registros e aplicação incorreta das normas. O sistema de controle interno deve ser capaz de perceber a ocorrência não só dos atos intencionais, mas também dos não intencionais.

Para Attie (2018), o erro pode decorrer de três falhas, sendo elas: a má interpretação dos princípios contábeis, a não aplicação de procedimentos que estão vigorando por lei, e a má aplicação de uma norma. Já quando se trata da fraude, o autor faz uma divisão em três modalidades, sendo elas: não encobertas, quando o fraudador não tem pretensão de escondê-las por saber que o controle interno é muito fraco; encobertas temporariamente, por não afetarem registros, já que poderão ser encobertas posteriormente por outros lançamentos; e encobertas permanentemente, quando o fraudador altera registros e arquivos para que a fraude permaneça imperceptível.

O fraudador nem sempre age sozinho, muitas vezes possui a ajuda de terceiros, o que torna ainda mais difícil encontrar a falha. Quanto menos imperfeito for o controle interno, maior será a possibilidade de ocorrer fraude.

3.2 ORIGEM DOS ERROS

Os erros podem ser originados de três fatores: negligência, quando um procedimento necessário não é devidamente aplicado; imperícia, que é a incapacidade para realização de uma função; e imprudência, quando não há cautela ou precaução para realizar uma atividade (SANTOS, SCHMIDT e GOMES, 2006 apud ALVES, 2017).

Os erros, ainda que involuntários, devem ser contidos e corrigidos. O controle é uma ferramenta que lida diretamente com o pessoal da empresa e deve ser capaz de incentivá-los a desempenhar suas atividades com zelo, atenção, agilidade e consciência sobre o que são capazes de realizar ou não.

3.4 FATORES QUE FAVORECEM A OCORRÊNCIA DE FRAUDES

Para que a fraude ocorra, é analisado o ambiente e as possibilidades para que a ação seja executada e dificilmente descoberta. O fraudador realiza o chamado “teste do fraudado” que é a execução de pequenas fraudes para perceber o nível do controle interno.

Lopes (2011) determina que existem situações que favorecem a ocorrência de fraudes, sendo algumas delas:

- Autoridade e Fraude: As fraudes, geralmente, são praticadas por pessoas que possuem maior autoridade, principalmente, quando este fator se une ao acúmulo de funções. Isto ocorre, por exemplo, quando o funcionário que recebe numerários de clientes é o mesmo que dá baixa do recebimento no sistema; (LOPES, 2011)
- Conluio e Fraude: Nem sempre o fraudador age sozinho, quando se trata de grandes volumes as fraudes costumam envolver mais de uma pessoa, ainda mais quando a fraude envolve mais de um setor; (LOPES, 2011)
- Capital Circulante e Fraude: O capital circulante é aquele que tem maior grau de liquidez, ou seja, é mais fácil de ser transformado em dinheiro se já não o for. Esse tipo de fraude engloba o caixa, os estoques e as contas a receber e costuma ocorrer em registrar menores valores de entrada ou maiores valores de saída. São exemplos disso: funcionários em folha de pagamento que na verdade não existem, notas fiscais de compra sem a real entrada de mercadoria (notas frias), lançamento de pagamento duplicado, controle de entradas e saídas de estoque adulteradas e emissão de duplicata sem venda real; (LOPES, 2011)
- Ativo Permanente e Fraude: Ocorrem no imobilizado, em maioria quando a empresa está em um processo de falência e, geralmente são executadas pelos próprios administradores. A

exemplo disso, têm-se a aquisição fictícia de bens, valores exorbitantes de depreciação, a não reavaliação de bens, registro de reformas não realizadas e venda de bens com prejuízo a pessoas próximas; (LOPES, 2011)

- Passivo de Dívidas e Fraudes: Podem ser executadas tanto com intenção de aumentar quanto de diminuir dívidas; dependerá do interesse, mas “em geral, as fraudes de Passivo são especificamente volvidas ao prejuízo de credores” (LOPES, 2011, p. 221), ou seja, busca reduzir a capacidade de pagamento de credores, seja forjando um pagamento, seja deslocando-o para o longo prazo;

- Patrimônio Líquido e Fraude: Ocorre, principalmente, com a falsa integralização do capital social. Alguns capitais são integralizados à empresa sem sua efetividade, ou seja, sem que de fato tenha havido a entrada do bem, crédito ou numerário. Também podem acontecer por falsas reservas, falsos valores de ativos e falsas produções de lucro; (LOPES, 2011)

- Fraude nas Despesas: Tem a finalidade de prejudicar sócios ou herdeiros, aumentando as despesas para que o montante gasto de forma irreal seja escoado para as mãos do fraudador. A exemplo, disso tem-se elevados gastos com publicidade e salários, lançamentos duplicados de gastos e a consideração de gastos pessoais de sócios; (LOPES, 2011)

- Vícios Documentais: Podem ocorrer de duas formas: falsidade e adulteração. A falsidade é quando há o documento, mas não há a operação; e a adulteração, quando há um fato com documento, mas que foi modificado; (LOPES, 2011)

- Vícios de Registros: O documento pode ser verdadeiro, mas o registro é viciado. Pode ser percebido, por exemplo, na forma de duplo registro, omissão de registro, classificação em conta indevida, exclusão e adulteração. (LOPES, 2011)

Toda empresa está vulnerável a ocorrência de fraudes, seja provocada por funcionários, seja pelos administradores. Qualquer forma de sanar ou descobrir essas falsificações deve estar inserida no plano de controle interno para fortalecer o ambiente organizacional. É necessário, acima de tudo, que seja cultivado dentro da empresa a postura honesta e ética por parte do pessoal, mas, para isto, as ações de boa conduta devem partir do topo administrativo.

4 A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO

Com base em tudo que foi dissertado até aqui, é possível observar que objetivos e metas traçados por uma empresa só serão concretizados com a implantação de um excelente controle

interno, criado, especialmente, para atender às necessidades pontuadas, além disso, o controle é um dos meios mais eficazes para proteger o patrimônio da entidade.

Para Oliveira, Perez Jr. e Silva (2015, p.71), o controle interno “assume fundamental importância para que se atinjam os resultados mais favoráveis com a aplicação de menos recursos, o que implica necessariamente a diminuição de toda e qualquer forma de desperdícios.”

O controle deve ser planejado para atender as necessidades de uma empresa em especial, alcançando seus objetivos sem ultrapassar a linha da necessidade. Não adianta investir muito em um sistema de controle que exceda os benefícios desejados pela entidade.

O controle interno é necessário para comparar a real situação da empresa com o que foi planejado para ela, tais como: identificar desvios de erros ou fraudes, avaliar a origem dos desvios e estabelecer medidas corretivas que inibam prejuízos a empresa (OLIVEIRA, PEREZ JR. E SILVA; 2015).

Os sistemas internos seguem um ciclo de proteção patrimonial que vai desde a análise de erros e fraudes à sua correção. O controle verifica o correto exercício dos procedimentos propostos, seguido da identificação de desvios, correção e reavaliação das novas políticas.

O controle interno é capaz de reorganizar uma entidade e colaborar para sua ascensão no mercado. Oliveira, Perez Jr. e Silva (2015) pontuam alguns objetivos do controle que o fazem ter uma relevante importância para as organizações, sendo alguns deles: verificação e garantia do cumprimento de políticas e normas, obtenção de informações relevantes, tempestivas e confiáveis para a tomada de decisões, comprovação da veracidade de informações e relatórios, proteção de ativos, detecção ou coibição de erros e fraudes, localização e correção de desperdícios, estímulo de comportamento honesto e eficiente do pessoal e cumprimento das leis em vigor.

Sendo assim, o controle interno abrange toda a organização, desde a implantação de procedimentos até as pessoas que irão aplicá-lo. Sua importância está ligada à diminuição de gastos, desperdícios e desvios que possam vir a prejudicar a entidade e os seus objetivos almejados. Esta ferramenta também deve ser capaz de enxergar e prever novas mudanças estruturais na organização que possam vir a acontecer, dependendo dos objetivos traçados.

5 METODOLOGIA

O presente artigo foi produzido por meio de pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória, com o intuito de investigar e provar fatos acerca do tema exposto, com embasamento em materiais já publicados, sendo eles, artigos, livros, dissertações, revistas especializadas, Google acadêmico e sites.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, que abrangem toda a produção de material sobre um tema que já tenha sido publicado. Este tipo de pesquisa é encontrado na forma de livros, revistas, monografias, teses, rádios, filmes, programas de televisão. A bibliografia disponibiliza meios para o que o pesquisador entre em contato com todo material que já tenha sido produzido sobre o tema em questão.

“O estudo qualitativo desenvolve-se numa situação natural, oferecendo riqueza de dados descritivos, bem como focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.303).

Diferente da abordagem quantitativa, a qualitativa não utiliza dados numéricos e estatísticos para desenvolver uma pesquisa, apenas analisa uma situação com base em fatos.

Para Minayo (2001, p. 6-7):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para os autores Henrique e Medeiros (2017), pesquisa exploratória tem o objetivo de desenvolver e esclarecer conceitos para a formulação de problemas e ideias com maior precisão. Este tipo de pesquisa é comumente voltado a análises bibliográficas ou documentais, não apresentando a elaboração de amostras ou coleta de dados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, pode-se observar a importância de um bom controle interno para a organização. Estar preparado para o imprevisível, para desfalques e desvios intencionais é fundamental para ter equilíbrio empresarial.

No artigo, foi abordado o conceito de controle interno na visão de muitos autores, assim como a sua implantação, suas limitações e sua importância, não deixando de ressaltar as diversas origens de fraudes que podem danificar a saúde da empresa.

O controle interno é abordado pela auditoria e pela controladoria e, em ambos os casos, tem seu sentido voltado para a implantação de normas, políticas e procedimentos que padronizem e coíbam qualquer tipo de comportamento irregular que venha a surgir. Além disso, é uma importante ferramenta que auxilia na tomada de decisões.

Ainda assim, o controle não terá eficiência se os administradores e colaboradores não estiverem empenhados a seguir o plano de controle e forem incapazes de agir dentro da formalidade. Todo o pessoal da empresa, desde funcionários a administradores, deve ser estimulado a seguir as regras e leis para que haja êxito no que está sendo almejado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcantii. **Auditoria** – Abordagem Moderna e Completa. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013801/cfi/6/2!/4/2/2@0:27.9>>
Acesso em 25 ago. 2019.

ALVES, Aline. **Perícia Contábil I**. São Paulo: Sagah, 2017. Disponível em: <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021518/cfi/3!/4/2@100:0.00>> Acesso em 08 set. 2019.

ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017229/cfi/6/10!/4/12/2@0:0>>
Acesso em 08 set. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública: Provas e Concursos**. 4 ed. São Paulo: Manole, 2016. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520451540/cfi/0!/4/2@100:0.00>>
Acesso em 25 ago. 2019.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/cfi/6/24!/4/58@0:36.4>>
Acesso em 01 set. 2019.

LOPES, Antônio de Sá. **Perícia Contábil**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/cfi/6/10!/4/6@0:0>> Acesso em 01 set. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/cfi/6/10!/4/4@0:76.0>>
Acesso em 01 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf> Acesso em 22 set. 2019.

NBC T 11 – **Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis**. 2009.
Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>> Acesso em 25 ago. 2019.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ Jr., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em:
< <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597003000/recent>> Acesso em 25 ago. 2019.

PEREIRA, Vaniza. **Fundamentos de Auditoria Contábil**. São Paulo: Sagah, 2016.
Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726784/cfi/1!/4/4@0.00:53.0>>
Acesso em 15 set. 2019.

RESKE FILHO, Antônio; JACQUES, Elizeu de Albuquerque; MARIAN, Paulo David. **O Controle Interno como Ferramenta para o Sucesso Empresarial**; disponível em:
<<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/viewFile/6505/3953>> Acesso em 25 ago. 2019.